

Nota Técnica 41 - Evolução Demográfica e a Expansão do Programa Bolsa Família: Uma Análise da Média de Pessoas por Família e Beneficiários Inscritos

Sergio Kelner Silveira¹

Carolina Beltrão de Medeiros²

Introdução

Nas últimas décadas, o Brasil experimentou mudanças profundas tanto na sua dinâmica social quanto na demográfica. Dois indicadores cruciais que evidenciam essas transformações são a média de pessoas por família e o número de famílias inscritas no Programa Bolsa Família (PBF). Esse programa, uma das principais políticas sociais brasileiras, visa combater a pobreza ao fornecer suporte financeiro direto às famílias de baixa renda, criando uma rede de proteção social.

A análise desses indicadores ao longo de diferentes administrações presidenciais revela tendências e implicações importantes sobre as condições socioeconômicas das famílias brasileiras e sobre a eficácia das políticas públicas. Essa Nota Técnica busca explorar como as políticas de assistência social foram moldadas pelas condições econômicas e demográficas, destacando períodos de crescimento, declínio e estabilização no número de beneficiários e nas composições familiares, especialmente diante de crises econômicas e sanitárias.

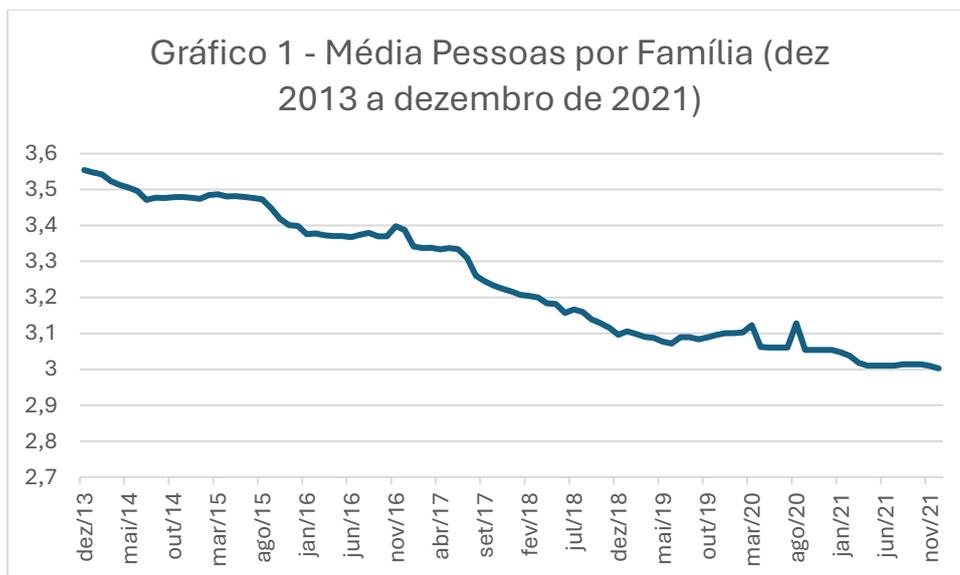
Com base em dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), serão analisadas as variações na média de pessoas por família e no número de famílias inscritas no PBF ao longo das administrações de Dilma Rousseff, Michel Temer, Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, oferecendo uma visão abrangente sobre o impacto das políticas públicas nas dinâmicas familiares brasileiras.

1. Pessoas e Famílias Inscritas no PBF

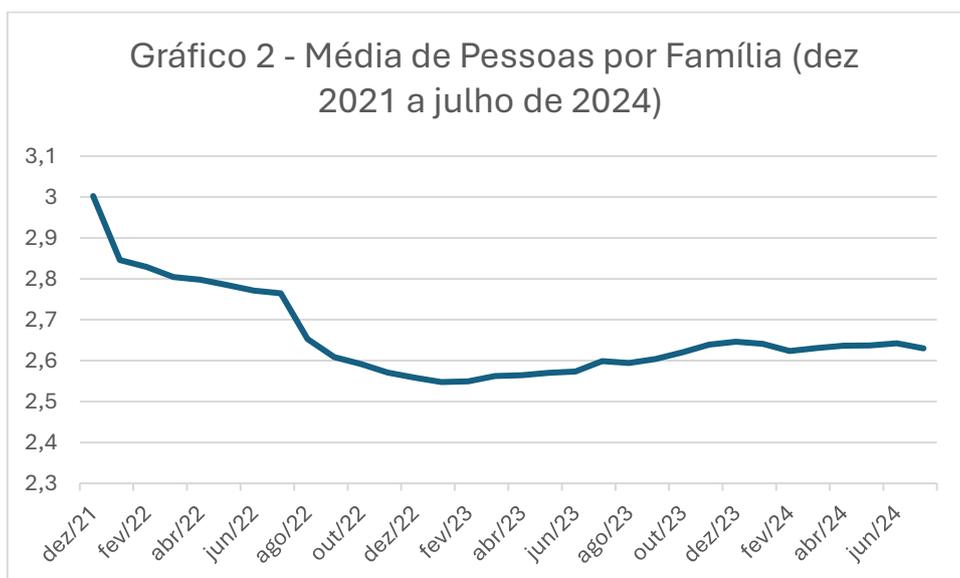
O Brasil passou por transformações significativas nas últimas décadas, tanto no âmbito social quanto no demográfico. Dois indicadores importantes que refletem essas mudanças são a média de pessoas por família e o número de famílias inscritas no Programa Bolsa Família (PBF). Este programa, que é uma das principais políticas sociais do país, visa apoiar famílias de baixa renda, proporcionando uma rede de segurança econômica. A análise desses indicadores ao longo dos diferentes períodos presidenciais oferece pontos para reflexão sobre a evolução das condições socioeconômicas das famílias brasileiras e a resposta do governo a essas transformações. Foram analisados dados de dois períodos.

¹ Economista do NISP: sergio.kelner@fundaj.gov.br

² Pesquisadora do NISP: carolina.beltrão@fundaj.gov.br



Fonte: MDS (2024)



Fonte: MDS (2024)

De acordo com o IBGE, a população brasileira está envelhecendo, e a composição etária do país sofreu transformações significativas entre 2010 e 2022. Nesse período, a população de pessoas com 60 anos ou mais cresceu 56%, passando de 20.590.597 para 32.113.490. Já a população com 65 anos ou mais registrou um aumento de 57,4%, subindo de 14.081.477 para 22.169.101. A idade mediana da população brasileira também apresentou elevação, passando de 29 anos em 2010 para 35 anos em 2022, um aumento de 6 anos. O índice de envelhecimento, que reflete a proporção de pessoas idosas em relação às crianças, atingiu 55,2 em 2022, o que indica que havia 55,2 pessoas com 65 anos ou mais para cada 100 crianças de 0 a 14 anos. O envelhecimento da população brasileira pode ser explicado por dois fenômenos demográficos principais: a queda na taxa de fecundidade, que representa a redução no número médio de filhos por mulher, e o aumento da expectativa de vida, que corresponde ao tempo médio que uma

pessoa nascida em determinado ano espera viver. Esses são alguns dos aspectos, mas não todos, que podem ajudar a explicar queda no número pessoas em famílias ao longo dos últimos anos. De acordo com os dados³, a média de pessoas por família no Brasil tem mostrado uma tendência de queda constante ao longo dos últimos anos.

Governo Dilma Rousseff (2011-2016): A média de pessoas por família caiu de cerca de 3,55 em dezembro de 2013 para aproximadamente 3,20 ao final do mandato. Esse período de declínio foi relativamente suave, refletindo mudanças graduais nas estruturas familiares

Governo Michel Temer (2016-2018): A tendência de queda na média de pessoas por família continuou, com uma redução para cerca de 3,1 em 2018. Este período foi marcado por ajustes fiscais e econômicos que, embora não tenham impactado drasticamente o número de pessoas por família, contribuíram para a continuação da tendência de queda.

Até 2020 as mudanças na composição média das famílias devem ter sido causadas pelas acima referidas mudanças graduais. Entretanto, a partir deste ano, com a ocorrência da pandemia houve negligência na fiscalização tendo como consequência o aumento do número de famílias.

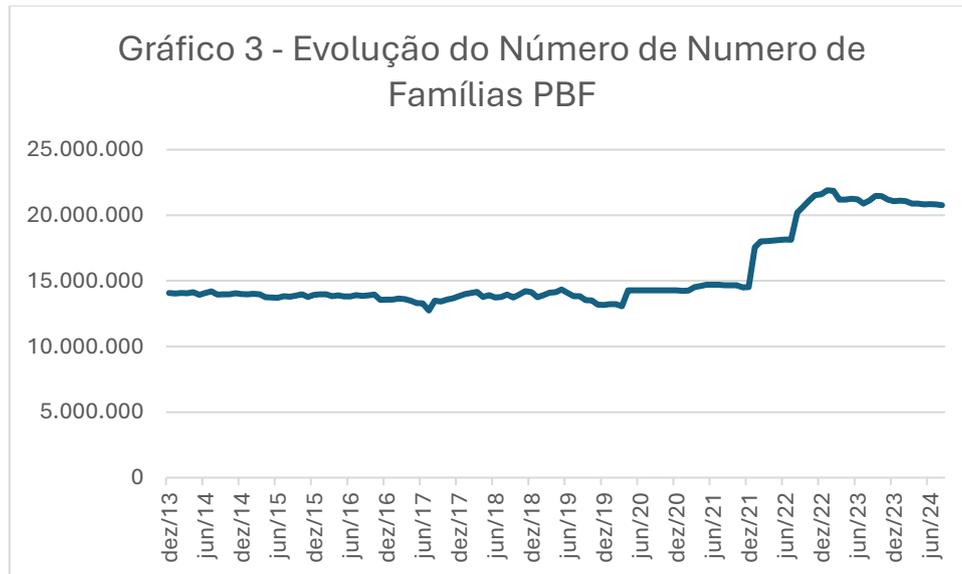
Governo Jair Bolsonaro (2019-2022): Durante o governo Bolsonaro, a queda na média de pessoas por família foi mais acentuada, passando de 3,1 em 2018 para 2,56 em 2022. Esse declínio pode estar associado a fatores como as políticas de austeridade econômica e as consequências sociais da pandemia de COVID-19, que afetaram as dinâmicas familiares e a estrutura demográfica.

Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2023-): No início do governo Lula, a média de pessoas por família estabilizou-se em torno de 2,6 a 2,7, sugerindo um período de relativa continuidade nas tendências demográficas, embora em um contexto de políticas voltadas para a recuperação e fortalecimento das condições socioeconômicas.

2. Comparando com a Evolução do Número de Famílias e Pessoas Inscritas no PBF

A análise da evolução da média de pessoas por família e do número de famílias inscritas no PBF revela tendências importantes sobre a dinâmica demográfica e as políticas sociais no Brasil. A queda constante na média de pessoas por família sugere mudanças estruturais nas famílias brasileiras. Mas seria esse o caso? Ou a questão do controle e fiscalização da autodeclaração pode ser um fator agravante?

³ De acordo com o IBGE, a população brasileira está envelhecendo, e a composição etária do país sofreu transformações significativas entre 2010 e 2022. Nesse período, a população de pessoas com 60 anos ou mais cresceu 56%, passando de 20.590.597 para 32.113.490. Já a população com 65 anos ou mais registrou um aumento de 57,4%, subindo de 14.081.477 para 22.169.101. A idade mediana da população brasileira também apresentou elevação, passando de 29 anos em 2010 para 35 anos em 2022, um aumento de 6 anos. O índice de envelhecimento, que reflete a proporção de pessoas idosas em relação às crianças, atingiu 55,2 em 2022, o que indica que havia 55,2 pessoas com 65 anos ou mais para cada 100 crianças de 0 a 14 anos. O envelhecimento da população brasileira pode ser explicado por dois fenômenos demográficos principais: a queda na taxa de fecundidade, que representa a redução no número médio de filhos por mulher, e o aumento da expectativa de vida, que corresponde ao tempo médio que uma pessoa nascida em determinado ano espera viver.



Fonte: MDS (2024)

O aumento expressivo no número de famílias inscritas no PBF, especialmente durante crises econômicas como a pandemia de COVID-19, destaca a importância do programa como uma rede de segurança social. Essa expansão reflete a resposta do governo às necessidades crescentes da população em tempos de adversidade.

O número de famílias inscritas no PBF variou significativamente ao longo dos diferentes períodos presidenciais, refletindo as respostas do governo às condições econômicas e sociais.

Governo Dilma Rousseff (2011 - 2016):

Período Analisado: Dezembro de 2013 a Agosto de 2016.

Durante este período, o número de famílias inscritas no PBF manteve-se relativamente estável em torno de 14 milhões. Esse equilíbrio indica uma consolidação do programa como uma política pública central para a proteção social, apesar das dificuldades econômicas enfrentadas no final do mandato.

Governo Michel Temer (2016 - 2018):

Período Analisado: Agosto de 2016 a Dezembro de 2018.

O número de famílias inscritas no PBF diminuiu ligeiramente durante o governo Temer, caindo para abaixo de 14 milhões. Essa redução pode ser atribuída a políticas de ajuste fiscal e a uma revisão nos critérios de elegibilidade, refletindo uma tentativa de contenção de gastos públicos.

Governo Jair Bolsonaro (2019 - 2022):

Período Analisado: Janeiro de 2019 a Dezembro de 2022.

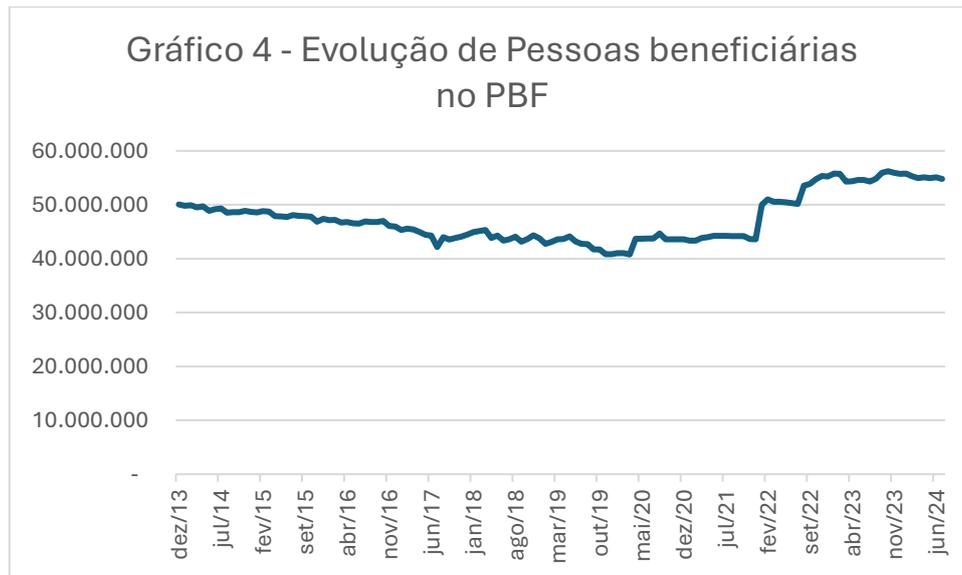
No governo Bolsonaro, o número de famílias inscritas no PBF permaneceu relativamente estável até 2021, quando houve uma expansão significativa, alcançando cerca de 20 milhões de famílias em 2022. Este aumento substancial está diretamente relacionado à crise econômica gerada pela

pandemia de COVID-19 e à introdução do Auxílio Brasil, que ampliou o escopo e os benefícios do programa social.

Governo Lula (2023 - Presente):

Período Analisado: Janeiro de 2023 em diante.

Durante o início do governo Lula, o número de famílias inscritas no PBF se manteve elevado, atingindo picos acima de 21 milhões em 2023, seguido por uma leve estabilização em 2024. Isso reflete a continuidade das políticas de assistência social em um contexto de recuperação econômica e social.



Fonte: MDS (2024)

É importante também analisar a evolução do número de beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) no contexto dos mandatos presidenciais,

Governo Dilma Rousseff (2011 - 2016):

Período Analisado: Dezembro de 2013 a Agosto de 2016.

Tendência: Durante os anos finais do governo Dilma (2013 a 2016), o número de beneficiários do PBF variou entre aproximadamente 48 e 50 milhões. Houve uma leve diminuição no número de beneficiários a partir de meados de 2014, estabilizando-se em torno de 46 a 47 milhões no final de seu mandato.

Fatores Influente: O início da crise econômica em 2014 e as políticas de ajuste fiscal podem ter impactado o número de beneficiários. Em 2015, a crise política se intensificou, culminando no processo de impeachment em 2016, o que também pode ter influenciado as políticas sociais.

Governo Michel Temer (2016 - 2018):

Período Analisado: Agosto de 2016 a Dezembro de 2018.

Tendência: Sob a presidência de Michel Temer, o número de beneficiários continuou a cair, atingindo cerca de 42 milhões em 2017. No entanto, em 2018, houve uma leve recuperação, com números oscilando entre 43 e 44 milhões.

Fatores Influentes: As reformas fiscais e a contenção de gastos públicos implementadas durante o governo Temer, como a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos, resultaram em cortes em programas sociais. Isso provavelmente contribuiu para a redução do número de beneficiários durante seu mandato.

Governo Jair Bolsonaro (2019 - 2022):

Período Analisado: Janeiro de 2019 a Dezembro de 2022.

Tendência: O número de beneficiários continuou a diminuir durante os primeiros anos do governo Bolsonaro, chegando a um mínimo em 2019 (cerca de 40 milhões). Contudo, com a pandemia de COVID-19 em 2020, houve um aumento temporário no número de beneficiários para mais de 43 milhões, como resposta à crise econômica causada pela pandemia.

Mudanças Significativas: Em 2021, o governo Bolsonaro iniciou a transição do Bolsa Família para o Auxílio Brasil. Em 2022, o número de beneficiários subiu significativamente, atingindo mais de 55 milhões até o final do ano, o que pode ser atribuído à ampliação do Auxílio Brasil em um contexto de campanha eleitoral e das dificuldades econômicas persistentes.

Governo Lula (2023 - Presente):

Período Analisado: Janeiro de 2023 em diante.

Tendência: Desde o início do novo mandato de Lula em 2023, o número de beneficiários do programa (que foi rebatizado novamente como Bolsa Família) manteve-se elevado, superando 55 milhões. O governo Lula buscou expandir novamente a cobertura do programa, reforçando as políticas de combate à pobreza e à fome.

Fatores Influentes: A retomada de políticas sociais mais amplas e o combate à desigualdade foram marcas do início do governo Lula, resultando em um número de beneficiários consistentemente elevado.

A representação gráfica combinada mostra que ao analisar as duas series ao longo do tempo, correlação entre o número de "Pessoas beneficiárias no PBF" e "Família beneficiárias PBF" é de aproximadamente 0.88. Isso indica uma correlação positiva forte entre as duas variáveis, ou seja, à medida que o número de pessoas beneficiárias no PBF aumenta, o número de famílias beneficiárias também tende a aumentar, e vice-versa.

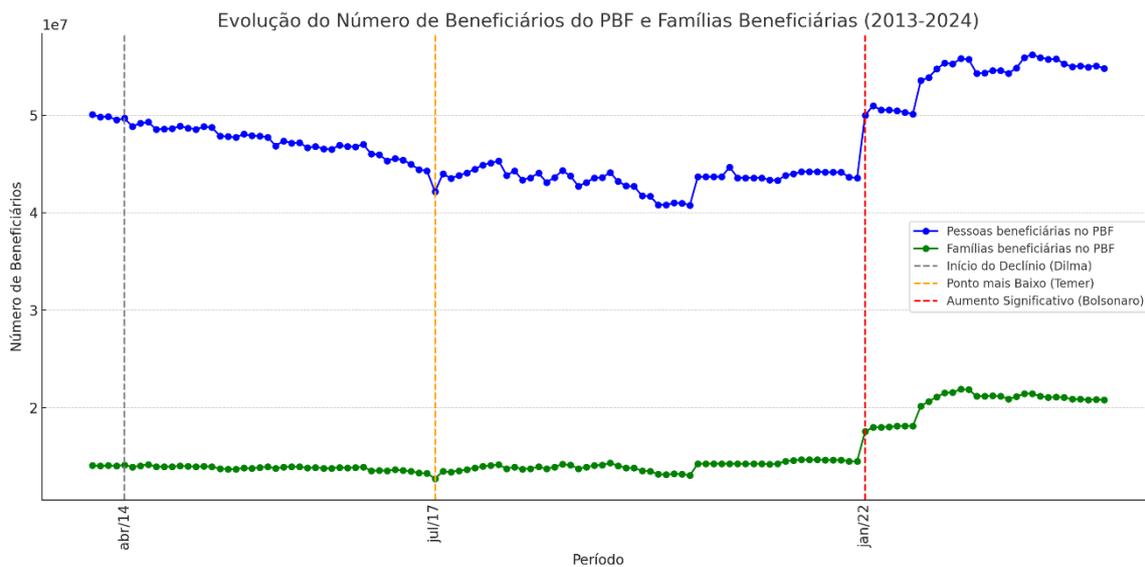
Essa forte correlação sugere que as variáveis estão intimamente relacionadas, o que é esperado, dado que o número de pessoas beneficiárias reflete diretamente a quantidade de famílias atendidas pelo programa. Portanto, políticas ou mudanças que afetam uma dessas variáveis provavelmente terão impacto semelhante na outra.

Entretanto, A variação percentual entre o início e o fim das duas séries mostra que:

- Pessoas beneficiárias no PBF: Aumento de aproximadamente 9,45%.
- Famílias beneficiárias no PBF: Aumento de aproximadamente 47,90%.

Isso mostra que, ao longo do período analisado, o número de famílias beneficiárias cresceu significativamente mais em termos percentuais do que o número total de pessoas beneficiárias em momentos específicos. Essa diferença indica que, ao longo do tempo, o programa passou a abranger mais famílias, com menos pessoas por família beneficiária em média, mas também houve uma expansão considerável da cobertura do programa no que se refere ao número de famílias atendidas, conforme já demonstrado anteriormente.

Gráfico 5



Fonte: MDS (2024)

No gráfico, destacamos três pontos de inflexão importantes:

- Início do Declínio (Governo Dilma): Marcado por uma linha cinza tracejada, indica o início de uma leve queda no número de beneficiários em abril de 2014.
- Ponto mais Baixo (Governo Temer): Representado por uma linha laranja tracejada, mostra o ponto mais baixo no número de beneficiários em julho de 2017, refletindo o impacto das políticas de austeridade.
- Aumento Significativo (Governo Bolsonaro): Marcado por uma linha vermelha tracejada, indica o aumento expressivo no número de beneficiários em janeiro de 2022, com a introdução do Auxílio Brasil.

Considerando o ponto de inflexão em janeiro de 2022 resolvemos dividir as series em dois períodos de análise e proceder a correlação. A primeira fase vai de dezembro de 2013 até dezembro de 2021, um período de 8 anos. A segunda fase se estende de janeiro de 2022 até julho de 2024. O objetivo é comparar as relações entre a evolução do número de famílias e de pessoas, que são vinculadas às famílias, e analisar possíveis rupturas.

A correlação entre o número de Pessoas beneficiárias no PBF e Família beneficiárias PBF no período de dezembro de 2013 a dezembro de 2021 é de aproximadamente 0.18. Isso indica uma correlação positiva, mas muito fraca, entre as duas séries de dados durante este período.

3. Análise no Contexto Governamental:

Governo Dilma Rousseff (até maio de 2016): Durante o governo Dilma, o número de beneficiários sofreu pequenas flutuações com uma leve tendência de queda, especialmente após 2014, refletindo a crise econômica e o início das medidas de ajuste fiscal.

Governo Michel Temer (2016 - 2018): Durante o governo Temer, a correlação entre o número de pessoas e famílias beneficiárias se manteve fraca. Houve uma redução acentuada no número de beneficiários em geral, resultado das políticas de austeridade, que impactaram tanto o número de pessoas quanto de famílias beneficiárias, mas sem uma relação forte entre as duas séries.

Governo Jair Bolsonaro (2019 - 2021): No início do governo Bolsonaro, até o final de 2021, o número de beneficiários continuou a diminuir, especialmente até o início da pandemia de COVID-19, quando o governo começou a adotar medidas mais amplas de assistência. Ainda assim, a correlação fraca sugere que as variações no número de pessoas beneficiárias e famílias não seguiram uma tendência uniforme.

A baixa correlação neste período indica que, mesmo que ambas as categorias (pessoas e famílias beneficiárias) tenham sofrido impactos das mudanças nas políticas sociais e condições econômicas, elas não variaram de forma diretamente proporcional. Isso pode ser devido a variações na composição das famílias beneficiárias, mudanças nos critérios de elegibilidade, ou políticas que impactaram diferentemente o número de pessoas versus o número de famílias atendidas.

A correlação entre o número de Pessoas beneficiárias no PBF e Família beneficiárias PBF no período de janeiro de 2022 a julho de 2024 é de aproximadamente 0.97. Isso indica uma correlação positiva muito forte entre as duas séries de dados durante este período.

Governo Jair Bolsonaro (até dezembro de 2022): Durante o governo Bolsonaro, especialmente em 2022, houve uma expansão significativa tanto no número de pessoas quanto no número de famílias beneficiárias, com um aumento pronunciado devido à implementação do Auxílio Brasil.

Governo Luiz Inácio Lula da Silva (a partir de janeiro de 2023): No início do governo Lula, o número de beneficiários (tanto de pessoas quanto de famílias) continuou alto, refletindo a continuidade ou expansão das políticas sociais implementadas. A forte correlação sugere que, apesar das variações, as políticas continuaram a impactar de forma semelhante ambas as categorias de beneficiários.

Essa forte correlação implica que, neste período, as políticas e eventos que aumentaram ou diminuíram o número de beneficiários no PBF afetaram proporcionalmente tanto o número de pessoas quanto o número de famílias beneficiárias.

Rupturas e Implicações

- Primeira Fase (2013-2021): A relação fraca entre pessoas e famílias beneficiárias indica que as políticas sociais e econômicas durante este período não conseguiram manter uma

correspondência clara entre o crescimento ou declínio das duas variáveis. Isso pode refletir a complexidade e a variabilidade das condições socioeconômicas e políticas restritivas que afetaram de maneiras diferentes as famílias e as pessoas vinculadas ao PBF.

- Segunda Fase (2022-2024): A mudança drástica para uma correlação muito forte sugere uma ruptura significativa nas políticas sociais, com uma abordagem mais voltada para incluir famílias e pessoas. As políticas implementadas a partir de 2022, especialmente com a introdução do Auxílio Brasil, parecem ter estabelecido uma relação entre o número de pessoas e famílias beneficiárias, refletindo um período de maior expansão, mas também de frouxidão com critérios de acesso e fiscalizações.

O Paradoxo de Simpson⁴ é um fenômeno estatístico onde uma tendência observada em grupos de dados desaparece ou se inverte quando esses grupos são combinados. Este paradoxo pode ocorrer devido à presença de uma variável de confusão que afeta diferentemente os grupos analisados.

Exemplos com o Programa Bolsa Família (PBF)

Aqui estão detalhes refinados sobre como o Paradoxo de Simpson pode ser observado na análise dos dados do PBF de 2013 a 2024, com foco nas diferentes administrações governamentais:

Dilma Rousseff (até maio de 2016): Observou-se uma leve tendência de queda nos números de beneficiários, atribuída à crise econômica e ao início de medidas de ajuste fiscal. A correlação entre o número de pessoas e famílias beneficiárias pode ter sido distorcida pelas condições econômicas variáveis.

Michel Temer (2016 - 2018): Houve uma redução acentuada nos beneficiários devido às políticas de austeridade. A correlação entre pessoas e famílias permaneceu fraca, refletindo talvez a heterogeneidade nas condições de elegibilidade aplicadas de forma diferente nas regiões ou demografias.

Jair Bolsonaro (2019 - 2021): Com a pandemia, políticas amplas temporárias alteraram o padrão de beneficiários. A correlação fraca continua mostrando que as variações no número de pessoas e famílias não seguem uma tendência uniforme.

Correlação Geral: Quando todos os dados são combinados ao longo do período de 2013 a 2024, observa-se uma correlação de 0.82, indicando que, de modo geral, o aumento ou diminuição no número de pessoas está associado proporcionalmente ao número de famílias.

Explicação do Paradoxo de Simpson com Dados do PBF

Correlação Individual versus Agregada:

Correlações Fracas em Subgrupos: Cada governo apresentou suas próprias políticas e condições econômicas, levando a correlações fracas quando analisados separadamente. Isso pode indicar

⁴ O paradoxo recebeu o nome do estatístico britânico Edward Simpson, que o descreveu em 1951.

a influência de políticas específicas ou condições econômicas que afetam desproporcionalmente as pessoas e famílias, dependendo de sua situação específica.

Correlação Forte no Agregado: A forte correlação quando todos os dados são combinados sugere que, apesar das flutuações periódicas, existe uma tendência mais ampla de que políticas que afetam o número de pessoas beneficiárias tendem a afetar de maneira semelhante o número de famílias ao longo do tempo.

Este exemplo ilustra como o Paradoxo de Simpson pode surgir quando análises isoladas mostram correlações fracas ou tendências distintas, que são obscurecidas ou invertidas quando os dados são combinados. A chave para resolver ou entender o Paradoxo de Simpson neste contexto é analisar cuidadosamente as variáveis de confusão potenciais, como mudanças nas políticas governamentais, critérios de elegibilidade e condições econômicas, que podem afetar diferentemente subgrupos dentro da base de dados analisada. Ao considerar essas variáveis, pode-se obter uma visão mais precisa e menos enganosa das relações estatísticas reais.

4. As Análises Qualitativas

Ao cruzar as análises de dados quantitativos com os dados qualitativos coletados em pesquisa de campo detectamos que à medida que mais pessoas se tornaram elegíveis para o Bolsa Família, a composição familiar também passou por mudanças significativas, refletindo tanto as adaptações às políticas sociais quanto as respostas das famílias às crises econômicas. Um fenômeno observado foi a divisão de famílias maiores em unidades menores, possivelmente como uma estratégia para maximizar os benefícios recebidos. Esse comportamento pode ser parcialmente atribuído às condições impostas pela autodeclaração, onde famílias perceberam que ao se dividir, poderiam enquadrar-se melhor nos critérios de elegibilidade, aumentando, assim, o total de benefícios recebidos.

Impacto de Políticas e Crises: A análise dos gráficos de evolução do número de beneficiários do Bolsa Família mostra que o planejamento e a gestão das políticas sociais têm um impacto profundo tanto na atração de novos beneficiários quanto na composição dessas famílias. Após a crise de 2021, houve um crescimento acentuado no número de famílias inscritas no programa, seguido por uma queda subsequente. Essa flutuação pode ser explicada pela resposta imediata das famílias à crise, onde muitas optaram por se dividir em unidades menores para ter acesso a mais benefícios. Essas mudanças na composição familiar são indicativas de como as famílias ajustam suas estruturas internas para maximizar a assistência social em tempos de necessidade.

Tendências Sociais: A diminuição contínua na média de pessoas por família no Bolsa Família reflete também tendências sociais mais amplas, como o envelhecimento da população, menor taxa de natalidade, e mudanças nas estruturas familiares. Essas tendências são exacerbadas em períodos de crise, onde a pressão econômica pode forçar famílias a reorganizar-se para melhor atender às exigências dos programas de assistência social. Esse fenômeno aponta para a necessidade de revisão dos critérios de elegibilidade e monitoramento, para evitar que famílias se sintam pressionadas a manipular sua composição em busca de benefícios.

Conclusões

A análise dos dados demográficos e do número de beneficiários inscritos no Programa Bolsa Família (PBF) ao longo dos diferentes governos demonstra mudanças significativas tanto na

estrutura familiar quanto no papel do programa como uma rede de proteção social. As principais conclusões e recomendações são as seguintes:

Queda na média de pessoas por família: Ao longo das últimas décadas, observou-se uma tendência de redução contínua no número médio de pessoas por família. Esse fenômeno pode estar associado ao processo de urbanização, à redução das taxas de natalidade e às mudanças nas estruturas familiares. Adicionalmente, a reorganização das famílias para melhor se adequarem aos critérios de elegibilidade do programa pode ter contribuído para essa tendência.

Aumento no número de famílias beneficiárias: O número de famílias inscritas no PBF cresceu significativamente, especialmente durante períodos de crise econômica, como a pandemia de COVID-19. O programa se mostrou crucial para mitigar os impactos socioeconômicos dessas crises, servindo como uma rede de segurança para milhões de brasileiros.

Efeitos das políticas governamentais: As variações no número de beneficiários e no perfil das famílias ao longo dos diferentes governos indicam que mudanças nas políticas fiscais e sociais, como a austeridade e a ampliação dos critérios de elegibilidade, tiveram impactos diretos na abrangência do PBF. O período de transição para o Auxílio Brasil também refletiu uma ampliação temporária no número de beneficiários.

Rupturas nas políticas sociais: A correlação entre o número de pessoas beneficiárias e o número de famílias no PBF mostrou-se fraca em períodos anteriores a 2022, indicando que mudanças nas políticas sociais e econômicas não afetaram igualmente ambos os indicadores. No entanto, a partir de 2022, essa correlação se fortaleceu significativamente, sugerindo uma expansão mais coordenada dos benefícios tanto para pessoas quanto para famílias.

Recomendações

Revisão dos critérios de elegibilidade: Dada a complexidade e as mudanças nas composições familiares, é recomendável que os critérios de elegibilidade do PBF sejam revisados para garantir que o programa continue atendendo de forma justa às famílias que mais precisam. Além disso, é importante assegurar que o sistema de autodeclaração seja monitorado de forma mais eficaz para evitar distorções na distribuição dos benefícios.

Fortalecimento de políticas sociais em tempos de crise: A experiência recente da pandemia de COVID-19 mostrou que o PBF pode ser rapidamente adaptado para responder a crises econômicas. Recomenda-se que o governo desenvolva planos de contingência para expansões emergenciais do programa, garantindo que ele continue desempenhando um papel central na proteção das famílias mais vulneráveis durante períodos de recessão econômica ou emergências sociais.

Acompanhamento das tendências demográficas: A contínua redução na média de pessoas por família deve ser acompanhada de perto para entender melhor as causas dessas mudanças. Políticas voltadas para a promoção de estabilidade social e familiar, como incentivo à natalidade e suporte a famílias numerosas, podem ser consideradas em cenários onde a diminuição do número de membros da família leve a consequências socioeconômicas negativas.

Integração com outras políticas públicas: O PBF deve ser integrado a outras políticas públicas, como programas de educação e capacitação profissional, para oferecer às famílias não apenas



suporte financeiro, mas também oportunidades de desenvolvimento socioeconômico a longo prazo. Essa abordagem holística pode ajudar a reduzir a dependência de programas de transferência de renda e promover a inclusão social sustentável.